

MANIFESTAÇÕES

Aumento da indignação revela desconfiança nos representantes políticos

A confiança entre os cidadãos e os seus representantes quebrou-se. Perante medidas governativas que sentem que os prejudicam, os cidadãos protestam. À espera de uma mudança

São José Almeida

“**A**credito que haja mais pessoas que em 15 de Setembro, porque a insatisfação é grande e só não a vê quem não a quer ver”, afirma Eugénio Fonseca, presidente da Cáritas, ao PÚBLICO, falando das expectativas que tem em relação às manifestações que hoje se desenrolarão por todo o país e no estrangeiro, convocadas pelo movimento Que se Lixe a Troika e que têm sido apoiadas por inúmeras organizações, em protesto contra as medidas de austeridade, pelo fim da intervenção externa e pela demissão do Governo.

Esperando que haja forte adesão às manifestações, Eugénio Fonseca defende que “há cada vez mais gente a ficar privada de direitos que es-

tão na Constituição e que integram os Direitos Humanos”, dos quais “o crucial é, neste momento, o direito ao trabalho”. O presidente da Cáritas considera que a legitimidade do protesto não pode ser posta em causa, já que “o direito à manifestação existe”, mas adverte que o protesto “não pode ser antissocial”. E apela: “Não gostaria que houvesse violência verbal nem física, isso é pôr em causa os direitos de todos.” O risco da violência é um alerta lançado também pela economista Manuela Silva, professora do Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa, para quem o país pode “estar em vésperas de uma espiral de violência, se a outra espiral, a recessiva, não for travada a tempo, isto é, travada já”.

As manifestações são vistas também por Manuela Silva como “uma expressão do enorme e generalizado descontentamento que, presente, atravessa toda a sociedade portuguesa – europeia, também –, independentemente das diferentes ideologias e simpatias partidárias”. Este descontentamento tem origem, para esta economista, no desemprego, nas “desigualdades gritantes de rendimento e de oportunidades”, nos “impostos excessivos, mal distribuídos e de legitimidade duvidosa”, as “prestações sociais exíguas e insuficientes para erradicar a pobreza”. E também, diz Manuela Silva, no “medo” e na insegurança.

Refundação política

Manuela Silva salienta, entre as origens dos protestos, “um facto novo, o de que as pessoas perderam a confiança no Governo, a quem não reconhecem competência, idoneidade e lealdade para com os cidadãos e de quem não esperam mudanças tidas por fundamentais”. Uma quebra de confiança que se estende, segundo Manuela Silva, à “Assembleia da República, que tem viabilizado leis e políticas conducentes ao actual estado de coisas e que, no seu próprio modo de funcionamento, dá sinais de privilégios intoleráveis”. E ainda à “Justiça, que não funciona com a exemplaridade esperada e não obsta a uma corrupção que envolve largos milhões de euros que faltam ao necessário investimento nas empresas, ao erário público e aos rendimentos das famílias”. Tal como “nos órgãos de concertação social, que não são ouvidos como deveriam.”

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos, professor catedrático jubilado da Universidade de Coimbra,



Manifestações serão expressão de um “enorme e generalizado descontentamento”

RUI GAUDÊNCIO

director do Centro de Estudos Sociais e presidente do Observatório da Justiça, também considera que as manifestações de hoje vêm na sequência das anteriores, se bem que estejam a “ser preparadas com mais criatividade do que as anteriores”, pois usam “novas formas de organizar e muita criatividade democrática”. Mas acrescenta que elas “serão mais um contributo para a criação do clima social e político que levará à antecipação de eleições, pois o Governo não se conseguirá manter até 2015”, e afirma que não tem nenhuma expectativa sobre a capacidade do Governo de responder positivamente aos protestos. Assim como não tem expectativas em relação à forma como os partidos da oposição o assimilarem. “Este protesto sinaliza que os partidos do Governo e da oposição já não correspondem aos interesses dos cidadãos, que não se sentem representados”, conclui Boaventura.

“Há cada vez mais gente a ficar privada de direitos”, diz Eugénio Fonseca

Igualmente o sociólogo Elísio Estanque, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, considera que “esta onda tem vindo a crescer nos últimos tempos, esta manifestação vem na linha da de 12 de Março de 2011 e da de 15 de Setembro de 2012”. E concorda com que “o pano de fundo geral revela uma tendência que se vem agravando em relação à crise e que vai progredindo e atingindo sectores mais próximos do Governo”, acrescentando que “o clima geral sublinha e agrava o sentimento de indignação colectiva”.

E Eugénio Fonseca afirma que “o Governo tem que ser sensível aos apelos que vêm da rua, qualquer Governo governa para defender condições de vida do povo”. Mas acrescenta que “o povo tem que compreender que só contestação não resulta se não houver participação na construção do país”. Ou seja, conclui o presidente da Cáritas, “a manifestação pouco mudará, se não tiver sequência, sem as propostas de cidadãos que noutras plataformas garantam a democracia representativa.” E remata: “Com uma sociedade civil mais forte, o capital não dominava tanto.”

O QUE ELES DIZEM

O clima geral sublinha e agrava o sentimento de indignação colectiva

Elísio Estanque
sociólogo, Univ. Coimbra

As pessoas perderam a confiança no Governo, a quem não reconhecem competência, idoneidade e lealdade para com os cidadãos e de quem não esperam mudanças tidas por fundamentais

Manuela Silva
professora do ISEG

Este protesto sinaliza que os partidos do Governo e da oposição já não correspondem aos interesses dos cidadãos, que não se sentem representados

Boaventura de Sousa Santos
sociólogo, Univ. Coimbra

A manifestação pouco mudará, se não tiver sequência, sem as propostas de cidadãos que noutras plataformas garantam a democracia representativa

Eugénio Fonseca
presidente da Cáritas



“Temos de ser nós, todos os portugueses, a salvar o país, não podemos ficar à espera de salvadores”

Deolinda Machado
comissão executiva da CGTP

Movimentos pós-institucionais dominam contestação e protestos contra a austeridade

São José Almeida

A especificidade destas manifestações é a de apenas expressarem protesto, de serem veículos de contestação pós-institucional, ou seja, serem a canalização da indignação e da revolta dos cidadãos quando estes já perderam a sua confiança cívica e política nos seus representantes tradicionais: os partidos e os sindicatos.

Boaventura de Sousa Santos sustenta que “há tendência para se criticar os protestos, dizendo que as manifestações não oferecem alternativas, mas sabemos que as manifestações não são alternativa, elas são protesto”. Este sociólogo acrescenta que, “no momento do protesto, os que saírem à rua estarão a sinalizar o que vai na cabeça de muitos que não estão lá”. Explicando que “é um protesto por uma via não institucional, contra um Governo que ninguém reconhece, que é praticamente clandestino, pois não consegue manter o contacto com o público que possa decorrer com normalidade”.

Assim, explica o catedrático jubilado, a especificidade de movimentos como o Que se Lixe a Troika é a de serem “movimentos pós-institucionais”, ou seja, “não são movimentos sociais tradicionais como o movimento ecologista, o feminista ou o LGBT”. São sim “movimentos que surgem quando as instituições já não cobrem as aspirações dos cidadãos e estes partem para a acção directa na rua, porque não se revêem na representação que existe”.

É por isso, garante Boaventura, que “os símbolos da revolução estão a ser apropriados por estes manifestantes”, que “usam as redes sociais e não estão preocupados com posições institucionais das suas próprias famílias políticas”, pois muitos deles militam também em partidos e estão organizados em sindicatos. “São movimentos colectivos que permitem organizações não institucionais, não há limites partidários”, diz.

Colectivo e sem ideologia

Característica também deste movimento é a ausência de filiação ideológica e política, “há uma presença colectiva que não se define nem à esquerda nem à direita”, explica Boaventura, sublinhando que “é essa a força e a fraqueza desses movimentos”. O que faz com que “estes momentos são seguidos por refundações institucionais, nos partidos que existe ou através de novos”, acrescenta este catedrático.

A economista Manuela Silva também é da opinião de que “as manifestações de rua cumprem o seu papel de fazer ouvir a voz do descontentamento”, mas lembram que “os caminhos de mudança têm de ser pensados, construídos e politicamente consensualizados em outros espaços”. E avança com exemplos de plataformas de encontro de cidadãos para debate, apontando alguns já existentes como “a Auditoria Cidadã à Dívida, o Congresso das Alternativas, a Rede Economia com Futuro”.

Uma representação pós-institucional que pressiona assim os partidos e que impossibilita em parte que estas organizações de representação política possam tentar dominar e instrumentalizar os manifestantes, como é preocupação do presidente da Cáritas, Eugénio Fonseca, que afirma esperar que “não haja tentativas de conquista de poder de manifestação por parte de partidos”.

Mas, sendo pós-institucionais, a ligação dos movimentos aos partidos mantém-se, até porque é através das estruturas partidárias, com a configuração que têm hoje ou com uma futura forma de funcionar, que se faz a representação política. Daí que o sociólogo Elísio Estanque sublinhe: “Há ligação aos partidos, isso é normal, desde que os partidos não tentem instrumentalizar, até porque este movimento não é instrumentalizável, o movimento parte de baixo, tal como era a seguir ao 25 de Abril e as pessoas aderiram”, defende este sociólogo, que salienta que é dessa espontaneidade que nasce “a capacidade de sátira e de crítica, que se manifesta nestes momentos e que nunca é antidemocrática, como tem sido a recuperação da simbologia do *Grândola, Vila Morena*”.

Elísio Estanque faz também a leitura da ligação ao movimento sindical. “A relação com o campo sindical é ambígua”, diz este professor da Faculdade de Economia de Coimbra, explicando que “há uma atitude controladora do campo sindical, que tende mais tradicionalmente a desvalorizar estes movimentos”. Só que, “como a cada manifestação há mais gente, há no mundo sindical quem perceba que tem que se aproximar destes movimentos que têm os grupos de precários, sob pena de ficarem isolados”.

Sinal dessa integração é dado por Deolinda Machado, da comissão executiva da CGTP, central sindical que tem “apelado à participação dos trabalhadores em todas as manifestações”, que garante: “É necessário que todos que temos consciência social e política participemos, já que a campanha do Governo tem sido de tal forma mentirosa e troca-tintas, que as pessoas têm que reagir.”

Deolinda Machado lembra que ela mesma e o líder da CGTP, Arménio Carlos, têm participado no movimento de cidadãos a favor da RTP pública e refere que esta central sindical “sempre partilhou as lutas com organizações partidárias e não partidárias em movimentos cujos objectivos são válidos”. E conclui: “Somos complemento uns dos outros, temos de ser nós, todos os portugueses, a salvar o país, não podemos ficar à espera de salvadores, de dom Sebastião.”



“Símbolos da revolução” estão a ser apropriados